PROTEPE
PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE TÉCNICOS EDUCACIONAIS

PROGEPE
PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES ESCOLARES DE PERNAMBUCO

Secretaria de Educação

PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM GESTÃO ESCOLAR

ROTEIRO DE AULA

MÓDULO 4
Contribuição dos órgãos colegiados na melhoria da aprendizagem dos estudantes

TEMAS NORTEADORES

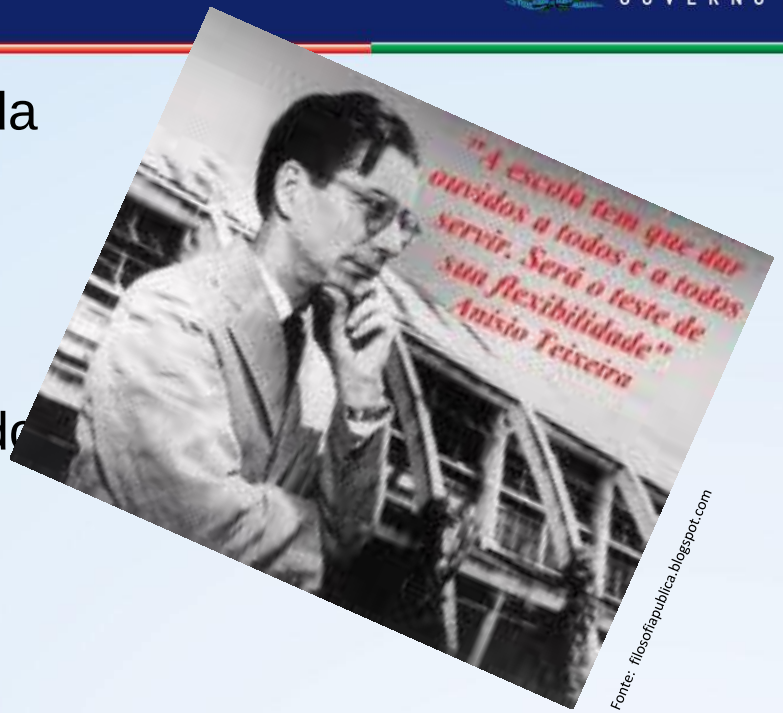
- A importância do Conselho Escolar
- Conselho de Classe
- Grêmio Estudantil
- Unidade Executora e demais órgãos no desenvolvimento social e pedagógico da escola

Transição Democrática na Escola e Necessidade de Transparência nas Ações Escolares

Desde o início da República do Brasil até os dias atuais, os educadores brasileiros têm discutido um projeto de educação para o país, que organize o trabalho pedagógico nas escolas públicas, fundamentando-se no reconhecimento da educação escolar como base para a construção de uma sociedade democrática que possibilite a redução das desigualdades sociais.

Fonte: Democracia Viva pt.scribd.com

Em 1932, um grupo de educadores da elite intelectual brasileira lançou um manifesto ao povo e ao governo: "Manifesto dos Pioneiros da Educação" no qual propunham a reconstrução educacional com sentido único de bases científicas.



Fonte: filosofiapublica.blogspot.com

Fonte: O **Manifesto** dos **Pioneiros** da **Educação Nova** (1932) pedagogiaaopedaletra.com

Com grande expressão, o documento resultou no artigo 150, da Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934 - que declarava ser competência da União fixar o Plano Nacional de Educação que atingisse o ensino de todos os graus e níveis, comuns e especializados, coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do País.

Atribui-se também, no artigo 152, a competência principal ao Conselho Nacional de Educação, como forma de lei para elaborar o Plano para ser aprovado pelo Poder Legislativo, em que o Governo estaria de contrapartida, buscando melhorias para os problemas educacionais e adequando a distribuição de fundos especiais de educação.

Fonte: pedagogybr.blogspot.com

O primeiro Plano Nacional de Educação – PNE surge em 1962, elaborado na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 4.024, de 1961 - proposto como uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura e não, como projeto de lei, com conjunto de metas qualitativas e quantitativas a serem alcançadas no prazo de oito anos.

Uma nova leitura acontecia por volta de 1965, em que se explicitavam alterações de normas descentralizadoras e motivadoras na busca da elaboração de planos estaduais. Em 1966, acontecia novamente outra revisão, estabelecendo o Plano Complementar de Educação, que mencionava alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho (Educação Técnica) e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos.

Com a democratização do ensino em 1988, com a Constituição Federal, renasceu a proposta de um Plano Nacional em longo prazo, com força de lei que conferisse ao governante na área da educação maior autonomia no que fosse acordado.

O Plano Complementar de Educação estabelecia ainda que as Diretrizes e Bases da Educação Nacional determinassem à União a elaboração do PNE, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os municípios.

A mudança significativa da entrada da comunidade e dos conselhos escolares nos projetos e programas inerentes à educação, trouxe benefícios pedagógicos, financeiros e administrativos, enriquecendo a tomadas de decisão que complementam as decisões políticas implementadas por seus dirigentes.

O legislador ordinário instituiu o Plano Nacional da Educação, que prescreve a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, em obediência aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração dos projetos pedagógicos da escola e a participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes.

A cidadania começa a ser trabalhada na escola com base na integração da relação da comunidade com as práticas escolares. Busca, no seu contexto social, uma aprendizagem significativa levando aos avanços das políticas educacionais com a implantação da Gestão Democrática no Sistema de Ensino, que representam um grande avanço para a melhoria da qualidade do ensino Brasileiro.

Na escola, o exercício de sua autonomia possibilita a construção de sua própria identidade, passando a ser definida pelos Conselhos Deliberativos Escolares, com a participação dos professores, funcionários e pais de alunos, inclusive o processo democrático da escolha do diretor escolar, escolha essa que passa a ser considerada como resultado de uma ação política.

Fonte: gestão democrática do ensino público

A Gestão Democrática e Participativa do Ensino Público representa importante conquista da sociedade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Fonte:A Gestão Democrática infoescola.com

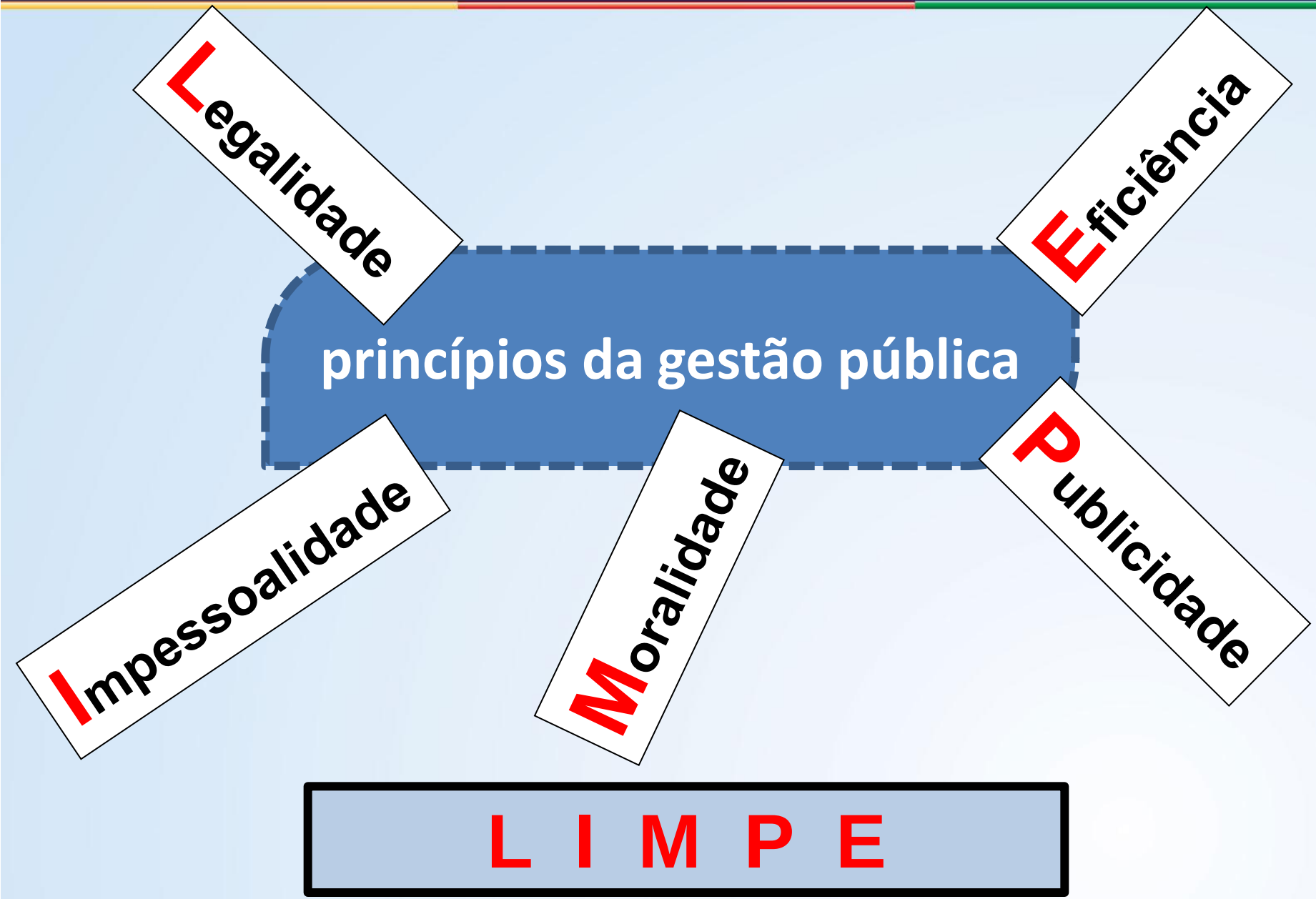
Cabe ao diretor escolar agir como mediador, promovendo a articulação entre os órgãos públicos dos quais é representante e professores, alunos, pais de alunos e funcionários da escola, sem prejuízo de suas atribuições administrativas e financeiras.

A Gestão Democrática e Participativa tem como responsabilidade evidenciar os resultados nas reuniões dos Conselhos de Gestão, os indicadores de avaliação ou, até mesmo, por aqueles realizados, a cada dois anos, pelo Ministério da Educação, mediante aplicação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que fundamenta uma importante ferramenta de informação para os pais de alunos e a sociedade em geral.

Fonte: amigadapedagogia.blogspot.com

"Aprender a participar ativamente de um grupo de trabalho ou de discussão, a desenvolver competência interativa entre si e com os alunos. O trabalho em grupo envolve um conjunto de habilidades, entre as quais o bom relacionamento com os colegas, disposição para colaboração, saber expressar-se e argumentar com propriedade, saber ouvir, compartilhar interesses e motivações. Uma das formas de trabalho em equipe recomendadas é a reflexão conjunta dos professores sobre as próprias experiências profissionais, possibilitando apoio mútuo. Para isso, é preciso que estejam dispostos a compartilhar a própria experiência com os outros e ouvi-los sobre suas experiências"

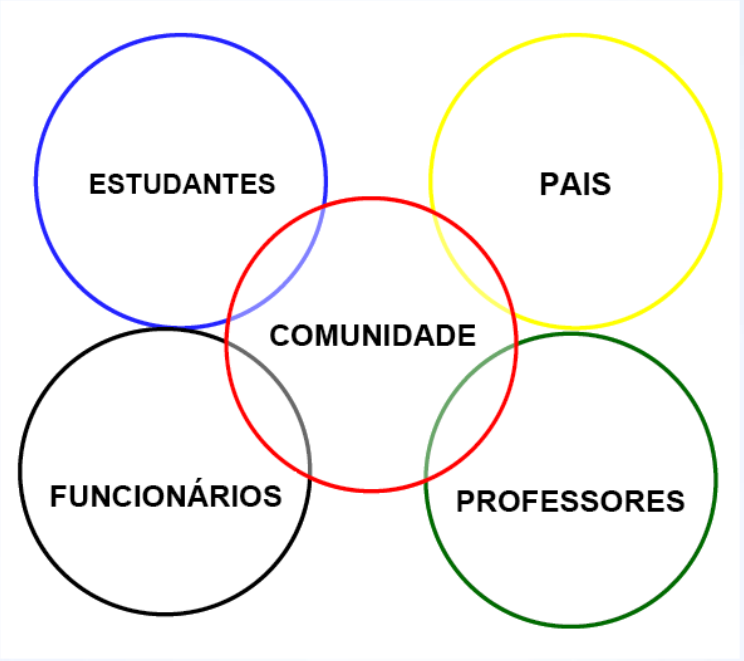
LIBÂNEO, J. C. *Educação Escolar*: políticas, estrutura e organização. Coleção Organização e Gestão da Escola. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007


Legalidade
Eficiência
princípios da gestão pública
Impessoalidade
Moralidade
Publicidade

L I M P E

A Gestão Democrática e Participativa na escola necessita de espaços propícios para que novas relações sociais entre os diversos segmentos escolares possam acontecer. Constituem alguns desses espaços o Conselho Escolar, juntamente com o Conselho de Classe, o Grêmio Estudantil, a Associação de Pais e Mestres, entre tantos outros possíveis.

A importância fundamental dos órgãos colegiados



Conselho Escolar

Fonte:
Conselho Escolar
escolajuliofranca.blogspot.com

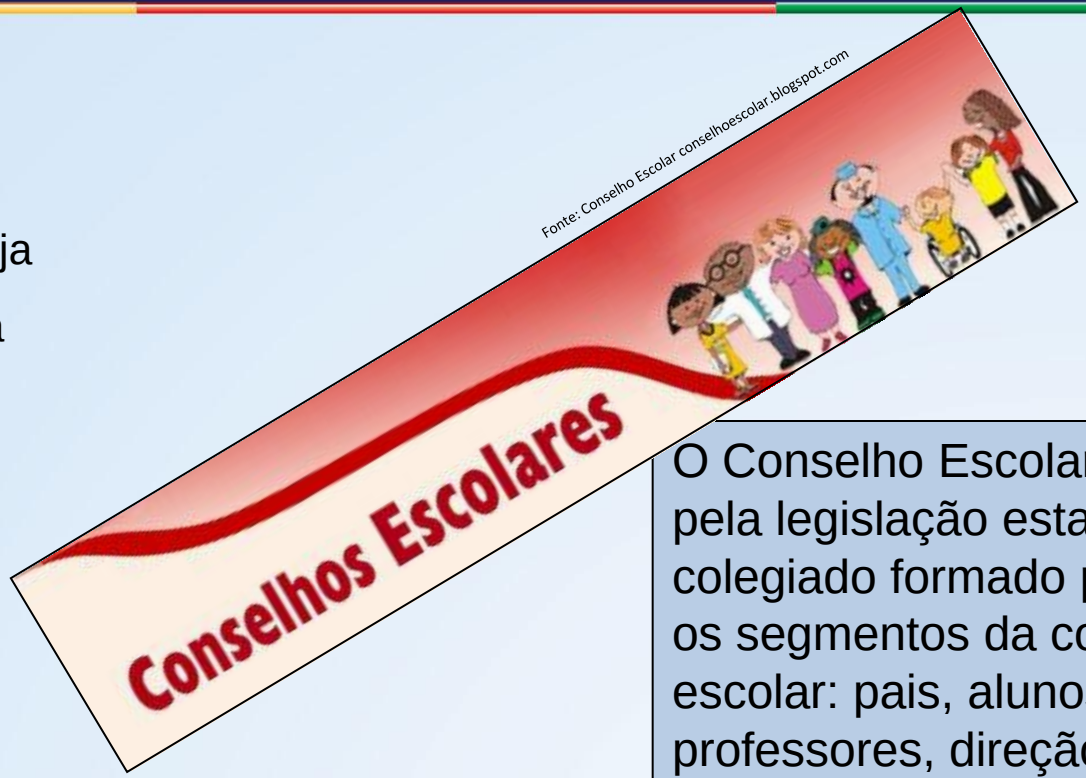
Ele é responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das ações do dia-a-dia da escola tanto no campo pedagógico, articulando as ações, acompanhando os alunos que estão nos Programas desenvolvidos no ambiente interno da escola, em relação ao seu rendimento escolar, quanto no administrativo e financeiro, direcionando o gasto das verbas federais, estaduais e municipais de modo a garantir a melhor aplicabilidade desses recursos. Erroneamente, muitas pessoas pensam que ele serve apenas para fiscalizar, conduzir a aplicabilidade dos recursos que chegam à escola.

Com base na boa articulação entre os membros dos Conselhos Escolares em cada escola e comunidade, é possível construir uma identidade da escola, gerar uma funcionalidade enquanto instituição social que atenda às expectativas de seu público e da comunidade da qual faz parte e, principalmente, se mostrar como um órgão de natureza democrática, onde a comunidade a qual ela serve, cria a sua própria história.

Fonte:
Conselho Escolar: SMEC - DGE - ITAGUAÍ - RJ - APRESENTA : Escola Municipal .
conselhoescolar.blogspot.com

É possível a construção de espaços para que a ação do Conselho Escolar transforme a realidade da democracia na gestão da escola e do sistema de ensino, enfocando que não se faz democracia sem o empenho de todos que fazem parte da comunidade escolar e do sistema de ensino. É de suma importância que o Conselho Escolar exerça constantemente a tarefa de avaliar a escola como um todo e faça da autoavaliação um dos momentos mais importantes em sua atuação, que deve ser transparente e mais próxima da comunidade.

O Conselho Escolar é o maior órgão de direção nas escolas públicas, cuja autonomia está baseada na democratização das relações institucionais. No título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional da LDB 1996, Art. 3º, inciso VIII, confirma-se que a gestão é democrática no ensino público, na forma dessa Lei e da legislação dos sistemas de ensino.



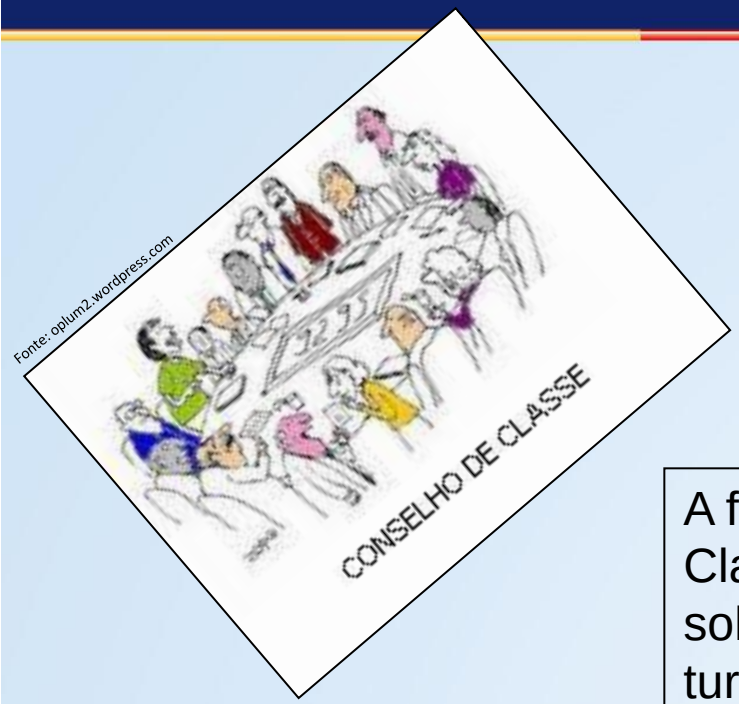
O Conselho Escolar, instituído pela legislação estadual, é um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção, equipe pedagógica e funcionários administrativos e serviços gerais, além do representante do grêmio estudantil e dos movimentos sociais organizados.

No Conselho Escolar, todas as pessoas estão ligadas à escola e se fazem representar decidindo sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, tornando essa relação não somente como mera participação da comunidade escolar na escola, mas também como um instrumento de gestão da própria escola.

Fonte: escolamunicipalshakespeare1.blogspot.com

A Constituição Federal, no seu Art. 37, nos explica que, além de administrar o que é público, o administrador público deve seguir alguns princípios para que possa nortear o seu trabalho bem como as suas ações, tais como: “A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (Constituição Federal, art. 37).

CONSELHO de CLASSE



Fonte: oplum2.wordpress.com

É um dos vários mecanismos que possibilitam com que a Gestão Democrática e Participativa na Unidade Educacional se viabilize.

A finalidade primeira dos Conselhos de Classe é diagnosticar problemas e apontar soluções tanto em relação aos alunos e turmas, quanto aos docentes.

Se não é bem conduzido, o Conselho de Classe acaba se atendo somente a questões dos alunos e suas notas e comportamentos, sem avaliar a própria prática educativa da escola. Ao invés de discutir o aluno de modo integral, os professores acabam acentuando apenas seus pontos negativos.

CONSELHO de CLASSE

As reuniões do Conselho não devem se ater somente aos momentos de "fechar as notas"

Em uma escola onde a gestão democrática e participativa é realidade, o Conselho de Classe desempenha o papel de avaliação dos alunos e de auto-avaliação de suas práticas, com o objetivo de diagnosticar a razão das dificuldades dos alunos, e apontar as mudanças necessárias nos encaminhamentos pedagógicos para superar tais dificuldades.

Importante salientar que a gestão democrática e participativa citada na LDB 9394/96 garante à equipe pedagógica e aos professores da escola o direito de estabelecer os princípios, finalidades e objetivos de seu Conselho de Classe e dos outros mecanismos que a possibilitam.

ATIVIDADE 1

Organize grupos de 5 ou 6 e elaborem uma análise:

Como é o Conselho de Classe de sua Escola?

- discutimos apenas sobre notas e disciplinas dos alunos?
- fazemos autoavaliação, envolvendo metodologias que usamos?
- convidamos alunos para participar conosco?
- o que podemos alterar para o próximo bimestre, que visando a aprendizagem efetiva dos alunos?
- Cada equipe deve elaborar uma proposta para o Conselho de Classe de sua escola.
- Em seguida, os grupos devem apresentar suas propostas.

Grêmio Estudantil

"Tudo o que acontece no mundo, seja no meu país, na minha cidade ou no meu bairro, acontece comigo. Então, eu preciso participar das decisões que interferem na minha vida."
Herbert de Souza (Betinho)

Fonte:
Grêmio Estudantil Pe. Ivo Francisco
gremiopeivofrancisco.blogspot.com

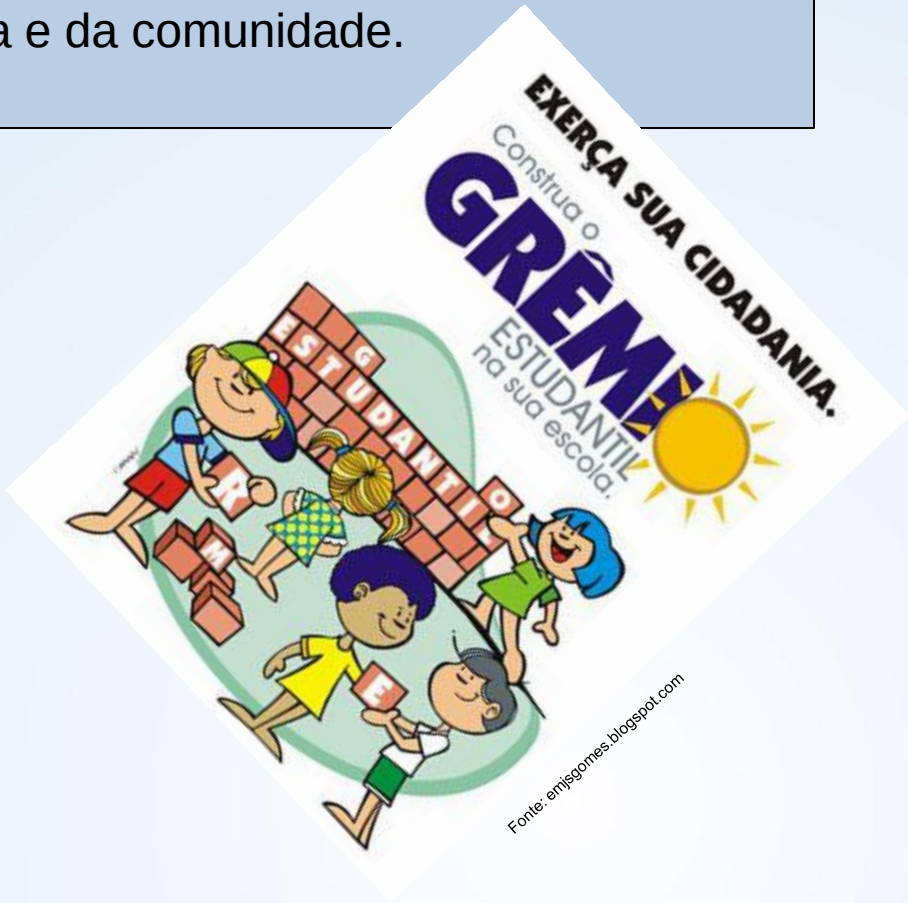
O que é Grêmio?

O Grêmio é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O Grêmio é também um espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos. Por isso, é importante deixar claro que um de seus principais objetivos é contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades de sua escola, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões, fazendo com que eles tenham voz ativa e participem – junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores – da programação e da construção das regras dentro da escola.

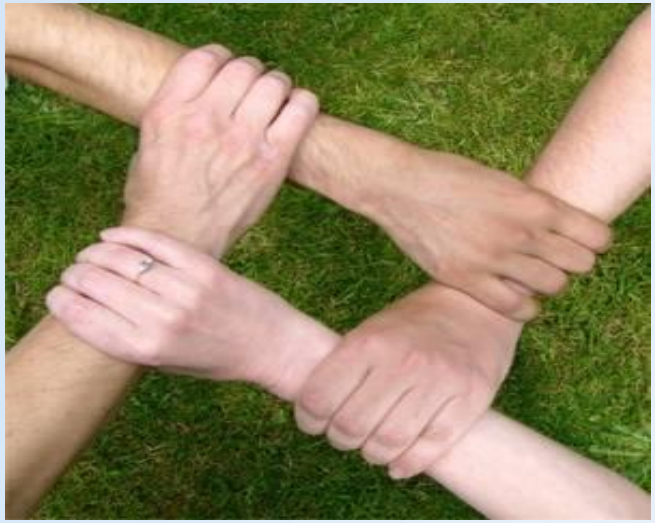
Texto extraído do "CADERNO GRÊMIO EM FORMA" do Instituto Sou da Paz.
http://www.soudapaz.org/Default.aspx?alias=www.soudapaz.org/formacaodegremios Acessado em 20 de julho de 2012

O Grêmio Estudantil é uma das primeiras oportunidades que os jovens têm de participar da sociedade. Com o Grêmio, os alunos têm voz na administração da escola, apresentando suas ideias e opiniões. Mas toda participação exige responsabilidade! Um Grêmio Estudantil compromissado deve procurar defender os interesses dos alunos, firmando, sempre que possível, uma parceria com todas as pessoas que participam da escola.

É imprescindível trabalhar principalmente com os diretores, coordenadores e professores. Somente assim o Grêmio atuará verdadeiramente em benefício da escola e da comunidade.



Participar é necessário para poder transformar. Se não estamos satisfeitos com alguma coisa, podemos propor alternativas e participar na sua transformação; se estamos contentes, podemos participar na sua divulgação e contribuir para que outras pessoas aprendam com nossa experiência. Isso é exercício de cidadania.



Fonte: Caderno **Grêmio** em Forma, do Instituto **Sou** da **Paz**. uniaodaforcajovem.blogspot.com

É muito importante aprendermos a participar organizadamente das atividades da sociedade, da nossa comunidade e da nossa escola.
A melhor forma de aprender a participar é participando.

Quanto mais estimulamos a colaboração e a solidariedade dentro da escola e em nossa comunidade, mais estaremos participando da construção de uma cidadania ativa, consciente e responsável.

Esse é o desafio do GRÊMIO LIVRE ESTUDANTIL.

Leis que reforçam a existência do Grêmio Estudantil

A força do movimento estudantil na história do país motivou a elaboração de algumas leis que garantem a existência do Grêmio Estudantil. Elas definem os direitos dos Grêmios se organizarem.

A Lei Nº 7.398 de novembro de 1985 - Dispõe sobre a organização de entidades estudantis de 1º e 2º graus e assegura aos estudantes o direito de se organizar em Grêmios:

Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - O Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 53º inciso IV, garante o direito dos estudantes de se organizar e participar de entidades estudantis.

Lei Nº 7.844 de 13 de maio de 1992 - Esta é a lei que regulamenta o direito à meia entrada para estudantes em eventos de ordem cultural.

Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - Esta lei estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A partir dela, estão garantidas a criação de pelo menos duas instituições, a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil, cabendo à Direção da Escola criar condições para que os alunos se organizem no Grêmio Estudantil. A lei determina ainda a participação de alunos no Conselho de Classe e Série.

O Grêmio Estudantil faz parte da comunidade escolar. Isso significa que ele participa da rede de atores envolvida com o cotidiano da escola e comprometida com seu dia-a-dia (diretores, professores, funcionários, pais, alunos, etc.).

Um Grêmio que estabelece uma boa rede de relações com os outros atores da comunidade escolar terá mais pessoas comprometidas com as ações que pretende realizar, e assim poderá ampliar o alcance e o impacto de suas iniciativas.

Buscar o envolvimento dos professores nos projetos, pois eles podem contribuir de formas muito diversificadas e ricas nas ações do Grêmio

Investir na comunicação do Grêmio: divulgar sempre e de diversas formas (por exemplo: por cartazes, rádio ou reuniões) as ações que o Grêmio realizou, está realizando e realizará

Saber negociar com a direção da escola, mostrando sempre a importância e a necessidade daquilo que se pretende organizar.

Ouvir as sugestões que os alunos trazem. Afinal, não podemos esquecer que o Grêmio existe para representá-los. Mas vale a recomendação: quando uma sugestão não é viável, é muito importante comunicar os alunos sobre a inviabilidade da ideia, afinal eles têm o direito de saber o porquê.

Fazer parcerias com instituições (sociais, esportivas, etc.) e estabelecimentos comerciais da região: envolvê-los em gincanas, campanhas, ações sociais, culturais e políticas da comunidade. Uma dica importante: não esqueça nunca de divulgar o nome dos parceiros que colaboram com o projeto, é uma medida justa e estratégica para futuros apoios.

Nunca esquecer: sem trabalho em equipe não existe Grêmio! E sem Grêmio os alunos não podem explorar todas as suas ideias para mudar a escola.

Unidade Executora e demais órgãos no desenvolvimento social e pedagógico da escola.

Uma Unidade Executora é uma sociedade civil com personalidade jurídica de direto privado, sem fins lucrativos, que pode ser instituída por iniciativa da escola, da comunidade ou de ambas. Várias são as nomenclaturas utilizadas para denominar Unidade Executora (UEx); como por exemplo: Caixa Escolar, Associação de Pais e Professores, Associação de Pais e Mestre, Círculo de Pais e Mestre.

Fonte: A Unidade Executora siepe.educacao.pe.gov.br

Independentemente da denominação que a escola e sua comunidade escolham, a idéia é a participação de todos na sua constituição e gestão pedagógica, administrativa e financeira. O fundamental é que ao constituir sua Unidade Executora, a escola congregue pais, alunos, funcionários, professores e membros da comunidade, de modo que esses segmentos sejam representados em sua composição.

No caso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a nomenclatura adotada é Unidade Executora (UEx), denominação genérica criada pelo Ministério da Educação (MEC) para referir-se às diversas denominações encontradas em todo o território nacional que designa entidade de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à escola.

Algumas atribuições da Unidade Executora

- administrar recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, distritais e municipais;
- gerir recursos advindos de doações da comunidade e de entidades privadas;
- controlar recursos provenientes da promoção de campanhas escolares e de outras fontes;
- fomentar as atividades pedagógicas, a manutenção e conservação física de equipamentos e a aquisição de materiais necessários ao funcionamento da escola;
- prestar contas dos recursos repassados, arrecadados e doados.

Um dos passos principais para constituição da unidade executora é motivação da comunidade, pois é necessária sua integração com a escola. Desse modo o(a) diretor(a) da escola, ou qualquer membro da comunidade pode tomar a iniciativa, com o dever de conscientizar pais, alunos, professores e servidores da escola quanto à finalidade da constituição da entidade e aos benefícios que ela poderá proporcionar.

Fonte: siepe.educacao.pe.gov.br

A divulgação pelos meios de comunicação (rádio, jornal local, alto-falante etc) é primordial nesta fase. Poderão ainda ser realizados encontros, palestras e reuniões com pequenos grupos, relacionados à importância e à necessidade da fundação de uma Unidade Executora.

É de fundamental importância a organização dos Conselhos Escolares para o exercício da democracia, na busca de padronizar o funcionamento dos órgãos deliberativos para que a escola possa estar apta a receber e gerenciar os recursos repassados

É possível no exercício democrático, passar de uma função que limita-se às atividades técnico-procedimentais para mudanças estruturais na cultura escolar quanto aos processos de deliberação coletiva.

Para além da eficiência técnica, a Unidade Educacional deve conhecer e explorar seus recursos

Identificar os recursos educacionais da escola

Para falarmos sobre recursos educacionais, vamos refletir sobre o caráter sistêmico da educação praticada atualmente em relação às políticas educacionais.

Após sete décadas de coleta de dados por escola (1939-2006), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mudou o censo escolar (2007), passando a denominar-se Educacenso. Isso se constituiu em um avanço significativo em todos os sentidos, principalmente de precisão e fidedignidade dos dados coletados.

Essa inovação do sistema estatístico facilitou o monitoramento de cada aluno ao longo de sua trajetória escolar, constituiu-se em um amplo banco de dados, que contribuiu para a formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais assim como para a gestão e o planejamento pedagógico em nível local.

Com base nos dados do Educacenso, é calculado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e planejada a distribuição de recursos para alimentação, transporte escolar e livros didáticos, entre outros.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO
(Lei nº 9.394/96)
os recursos públicos destinados à educação originam-se das seguintes receitas:

- impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

- transferências constitucionais

- salário-educação e de outras contribuições sociais

- incentivos fiscais e outros recursos previstos em lei

No seu artigo 69 da LDB, a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta das respectivas Constituições ou Leis Orgânicas da receita; resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino público.

Muitos recursos que a escola possui chegam até ela com base na adesão e implantação de projetos ou programas nacionais, estaduais e municipais:

Fonte: escolaestadualprofessorgersonlopes.blogspot

PDE
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA

PDDE
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

Fonte: seducsfo.blogspot.com

Fonte: blog.opovo.com.br

ENSINO MÉDIO INOVADOR

PROINFO
PROGRAMA NACIONAL DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

Fonte: boaventurapb.com.br

ABERTURA DAS ESCOLAS NOS FINAIS DE SEMANA

Fonte: divalativia.com

EDUCAÇÃO INTEGRAL

Fonte: colunas.imirante.com

QUADRAS ESPORTIVAS

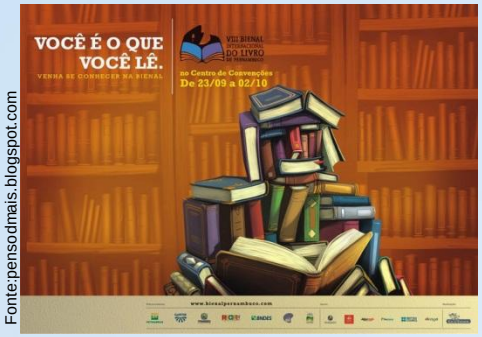
Fonte: wp.clicrbs.com.br

Fonte: eebsara.blogspot.com

PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA PNBE

Fonte: jaquelinefbfiaux.blogspot.com

CLASSES MULTISSERIADAS NO CAMPO



Fonte:pensodmais.blogspot.com

LIVRO DIDÁTICO

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

Fonte: ematersjmipiburegional.blogspot.com

CAMINHO DA ESCOLA

Fonte: florespe.net

BRASIL PROFISSIONALIZADO

Fonte: pimpaobrinquedos.wordpress.com

Fonte: apnendenovaodessa.blogspot.com

LIVROS EM BRAILLE

FORMAÇÃO PELA ESCOLA

FORMAÇÃO PELA ESCOLA
Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE

Fonte: serradecuite.blogspot.com

Fonte: colegiosupremo.com.br

PROINFÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR

Conheça o
BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL
PDE
Plano de Ações Articuladas

Fonte:castanhaldestaqueemeducacao.blogspot.com

Fonte: portalpontonet.com.br

PNATE
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE DO ESCOLAR

Qualidade do processo educacional e sua expressão no desempenho escolar

• o gestor precisa acompanhar e avaliar o processo educacional em todos os seus aspectos, pois isso fortalecerá o compromisso de todos os envolvidos nele, além de estimular os atores a serem mais efetivos.

• o acompanhamento por parte do gestor é capaz de mobilizar o talento humano de forma coletiva, agregando e organizando as diferenças e diversidades de pensamento e ação.

• o fato do gestor acompanhar e participar da avaliação do processo educacional não significa que ele será a figura central desse processo

• o gestor precisa ser o articulador de uma gestão democrática e participativa, em que as decisões são tomadas de forma coletiva, envolvendo alunos, professores, pais, funcionários e toda a comunidade escolar.

"a escola tem de ser encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum. Para tal, é preciso realizar um esforço de demarcação dos espaços próprios de ação, pois só na clarificação destes limites se pode alicerçar uma colaboração efetiva"

NÓVOA, 1995, p.35

O envolvimento dos alunos é de fundamental importância para o bom desempenho escolar, e este certamente é o item mais difícil de ser alcançado. Em um mundo, que, a cada dia, oferece novas oportunidades às pessoas, a escola, em muitas vezes, fica em espaço secundário. Assim, um processo educativo de qualidade, que busque efetivamente bons resultados, é aquele que tem a participação ativa dos alunos.

COMO OBTER ISSO?

Por meio de estratégias que tornem o aluno sujeito da educação, ou seja, que ele não seja mero receptor de informações.

A ESCOLA PRECISA SER O ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO, NÃO DE REPASSE DE INFORMAÇÕES

- O gestor precisa estar atento para chamar os alunos à participação na vida da escola e da comunidade, pois "ensinar e aprender hoje não se limita ao trabalho dentro da sala de aula, implica modificar o que fazemos dentro e fora dela" (VIEIRA, 2003, p. 52)

- O ensino deve estar voltado para os avanços, estimulando os alunos a usufruírem o que eles podem oferecer de melhor, conscientes de que só devem vincular-se àquilo que gera aprendizagem saudável.

•O gestor educacional precisa atuar favorecendo o desenvolvimento da instituição, centrando-se na melhoria da qualidade do ensino e no fortalecimento da unidade escolar.

•É importante que a comunidade escolar, especialmente os pais dos alunos, seja chamada para assumir o seu papel no compromisso de garantir a qualidade no processo educativo

ATIVIDADE 2

Forme grupos, mesmo que os membros não sejam da mesma escola.Os grupos devem discutir sobre:

- Relacione os atores (internos e externos) mais relevantes na elaboração dos Planos de Ação de sua Escola.
- Imagine e registre 05(cinco) ações que permitam ampliar o envolvimento de sua comunidade na construção de estratégias inovadoras para sua escola.
- Imagine e registre 05(cinco) ações que permitam ampliar o intercâmbio de informações, estratégias e ações entre as escolas de sua região ou Estado.
- Liste 05 ações que você poderá desenvolver na articulação de parcerias com sua comunidade.

Os grupos devem apresentar os resultados de suas discussões.

Como articular parcerias para financiar projetos da escola

Articular parcerias após a análise do contexto comunitário, da possibilidade de apoio e compromisso, em que todos trabalham de forma conjunta, para um objetivo comum: melhorar a educação.

Melhorando a educação, a comunidade se desenvolve, beneficiando todos os envolvidos direta ou indiretamente. O respeito e a ética se estabelecem quando existe a credibilidade na unidade escolar, por isso as parcerias são importantes, visando a um futuro melhor e mais estruturado.

Comunidade: buscar parcerias como as organizações comunitárias que podem patrocinar atividades importantes para a juventude.

Famílias: podem se envolver ativamente com a educação de seus estudantes.

Os **grupos religiosos** podem trabalhar para melhor entender e atender às necessidades familiares e educacionais

As **empresas** podem adotar políticas de apoio às famílias no ambiente de trabalho e se envolver com a educação escolar.

Os parceiros desenvolvem o processo educacional e garantem uma educação de qualidade para todos os estudantes

A escola progride contando com o apoio de muitas pessoas para a aquisição de benefícios, por meio de serviços prestados voluntariamente ou financiados com o intuito de buscar resoluções de problemas cotidianos.

Pessoas dispostas a ajudar, como pais de alunos, vizinhos, médicos, advogados, engenheiros, dirigentes de empresas e outros profissionais. Entidades como igrejas, sindicatos, associações de moradores, organizações não governamentais, grupos culturais, órgãos dos governos municipal, estadual e federal, universidades etc. Empresas como lojas, indústrias, supermercados, bancos, companhias de todos os tipos e tamanho

Os **parceiros** devem melhorar a educação por meio da doação de seu tempo, de recursos materiais ou financeiros disponíveis, em que seu maior foco é a força da participação de ações voluntárias e de outras contribuições.

As empresas e organizações não governamentais podem negociar a liberação de funcionários para atuarem como mentores ou tutores de alunos, capacitadores de profissionais ou assessores em projetos especiais; a doação de equipamentos e móveis de que a empresa possa dispor e o financiamento de projetos especiais.

As **ONGs** podem fornecer material de divulgação sobre vários temas para palestras e para o apoio no planejamento e desenvolvimento de projetos especiais que envolvem a comunidade escolar.

Os **membros da comunidade** podem auxiliar os professores que atuam nas diversas disciplinas, ministrando aulas de apoio de matemática, ciências ou promovendo o desenvolvimento da leitura.

Os **profissionais liberais** também podem ajudar de várias maneiras: engenheiros, arquitetos, pedreiros, carpinteiros e mestres de obras nas reformas de instalações; médicos e dentistas orientando alunos e professores sobre as doenças mais comuns; economistas explicando conceitos básicos do dia a dia da economia, como juros de prestações, inflação etc.; especialistas em informática na instalação e manutenção dos microcomputadores da escola e treinando professores, funcionários e alunos para manusear esses equipamentos.

Como parceiros, os **pais e responsáveis** devem ser estimulados pela escola a dar maior atenção e acompanhar, mais de perto, a vida escolar dos alunos; a participar mais das atividades da escola e apoiar a realização de atividades diversas do dia a dia. Além disso, os pais e outros membros da família podem ser convidados para se envolverem com programas de parcerias, atuando como multiplicadores da ideia na comunidade.

Para desenvolver parcerias, as pessoas ou entidades precisam saber os **desafios da escola** e, dentre eles, os prioritários e urgentes. A melhor forma de agir nesse caso é reunir os profissionais que trabalham na escola e a comunidade escolar e, em conjunto, identificar os maiores problemas, tanto na parte educacional quanto na estrutural.

As **entidades sociais de serviço**, como os sindicatos, as igrejas e fundações, podem ter papel importante no atendimento a alunos com dificuldades específicas de aprendizagem e podem mobilizar seus fiéis para apoiarem a escola e nela trabalharem como voluntários. Federações empresariais e sindicatos patronais podem servir de intermediários junto às empresas para obter diversas formas de parceria.

Devemos listar os possíveis parceiros da vizinhança que são as lojas, indústrias, empresas de serviços, os órgãos públicos, as organizações sociais, igrejas, enfim todos aqueles que podem emprestar algum apoio à escola, identificando, entre os pais de alunos, aqueles que já mostraram interesse pelas atividades escolares e que, por isso mesmo, podem ser os primeiros parceiros.

O planejamento das parcerias se torna necessário, identificando as necessidades e os recursos humanos e materiais disponíveis na comunidade para cada tipo de problema.

A divulgação é prioritária para a comunidade escolar e para os parceiros sobre a situação da escola, relatando os principais problemas e as soluções que podem surgir por meio das parcerias. Isso deixa a comunidade à disposição na abertura da escola para uma gestão participativa e democrática, existindo a participação de todos para a melhoria da educação. Faz-se necessário elaborar as devidas informações a fim de transmiti-las para os pais e parceiros, mostrando os resultados obtidos com a união de todos.

As reuniões regulares são importantes para **firmar compromisso**, apoio e possibilidades de novas parcerias. Estabelecidas as parcerias, é preciso planejar e realizar avaliações regulares de seu andamento, devendo os resultados ser comunicados a todos os parceiros, estando eles envolvidos ou não. É preciso reavaliar o planejamento de parcerias que não tiveram sucesso e pensar em uma nova forma de atuação

Muito Obrigado!

18 de agosto de 2012.